

humanitas



Vol. XXXV-XXXVI

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

HVMANITAS

VOLS. XXXV-XXXVI



MCMLXXXIII-MCMLXXXIV
C O I M B R A

Depois das *Notas*, a cujo interesse já fizemos referência, vem uma *Bibliografia* (pp. 155-158) selectiva, isto é, que indica apenas as obras julgadas mais importantes para o trabalho em questão.

A reprodução facsimilada do texto utilizado (1.^a edição, Coimbra, Tipografia de João Barreiro e de João Álvares, sócios, 1551), acompanhada da Carta de A. R. à Infanta D. Maria, em 133 hexâmetros dactílicos (10) e do poema *Ad Christum opt. max. crucifixum* (9 dísticos elegíacos), ocupa as páginas finais; segue-se-lhe a *Corrigenda*, demasiado extensa (quatro páginas), mas longe de esgotar os erros disseminados por todo o livro; erros de máquina, naturalmente, mas que não deixam de afectar a qualidade do trabalho. E, no final, sente-se a falta de índices. No entanto, e apesar destes breves reparos, o saldo é, sem dúvida, positivo: além de ser mais fácil, agora, ler a *Oração* de André de Resende, temos neste trabalho uma boa orientação (com relevo especial para a parte histórica) que a todos ajudará na compreensão do discurso, e ainda, o que não é menos importante, a sugestão de algumas pistas de estudo (como sejam: a qualidade do latim resendiano; a questão do erasmismo de André de Resende).

VIRGÍNIA SOARES PEREIRA

LEODEGÁRIO A. DE AZEVEDO FILHO e SÍLVIO ELIA, *As Poesias de Anchieta em Português. Estabelecimento do texto e apreciação literária.* Rio de Janeiro, Edições Antares em convênio com o Instituto Nacional do Livro, 1983, 170 pp.

Neste livro da autoria conjunta de dois ilustres professores brasileiros, o estabelecimento do texto e o comentário linguístico são de Sílvio Elia, probo e respeitado filólogo, com abundante bibliografia publicada na sua especialidade.

O estudo literário sobre Anchieta é da pena de Leodegário Amarante de Azevedo Filho, prolífico autor de livros e artigos sobre as literaturas portuguesa e bra-

um hábito querido dos humanistas, não deixa de ser significativa a recorrência do epidíctico *hic* em André de Resende como em Cícero; 3) ambos os discursos começam pela conjunção hipotética *si*, e, embora o tema desenvolvido não seja o mesmo, o protesto de humildade é comum.

(10) Este poema, que constitui um elogio da cultura da Infanta e das suas damas Joana Vaz e Luísa Sigeia, liga-se directamente com o tema do discurso. Por isso, seria de esperar que o Dr. Paiva Domingues, ao tratar (na nota 6) da Infanta D. Maria, se lhe referisse, bem como à tradução que entretanto publicou (juntamente com Introdução, texto e notas) na *Humanitas*, 27-28 (1975-76) 53-69, em artigo que tem por título: «A *Sempre-Noiva*: Carta de André de Resende à Infanta D. Maria» (informação esta que devo ao Professor Doutor Costa Ramalho).

sileira, de todas as épocas, e sobre filologia e linguística, nos aspectos mais variados destes ramos do conhecimento.

No presente trabalho sobre Anchieta, impressionam a convicção e a autoridade com que o Professor Azevedo Filho disserta sobre as culturas da Idade Média, do Renascimento e do Barroco, com uma segurança afirmativa que dificilmente se encontra em investigadores europeus, especializados nessas épocas.

Assim, logo na página 11, escreve: «Nos grandes poemas, como o que dedicou à Virgem Maria e como o que dedicou aos feitos de Mem de Sá, é sabido que faz uso de metros clássicos, imitando Virgílio e Ovídio, num procedimento também medieval. Aliás, no Colégio dos Jesuítas era habitual o exercício do latim através da imitação dos autores clássicos, não tendo o fato nenhuma vinculação com o espírito do Renascimento.»

Há aqui duas confusões. Uma delas foi, há muito, elucidada pelo P.^e Hélio Viotti, S.J., que estabeleceu a biografia de Anchieta, investigando sobre as fontes, com a seriedade e método próprios de um historiador. No seu livro *Anchieta, o Apóstolo do Brasil* (São Paulo, Edições Loyola, 1966), escreveu na p. 28, n. 8: «O Colégio das Artes só foi entregue aos jesuítas no ano de 1555. Por muito repetido, não deixa de ser um erro, o que o faz discípulo dos jesuítas em Coimbra. Pelo *Processo Apostólico de Lisboa, Arquivo Secreto Vaticano (ASV), Congr. Rit., ANCHIETA, n.º 307, 2.ª p.*, depoimento do P.^e Álvaro Pires, S.J., foi Anchieta colega de aula de D. Jorge de Ataíde. Diogo de Teive, no processo inquisitorial, a que foi submetido no ano de 1550, arrola como testemunha da sua ortodoxia esse seu aluno. M. Brandão, *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes, I, Coimbra, 1948, 672-673, nota.*»

Estas palavras do P.^e Viotti são confirmadas na página seguinte do mesmo livro da sua autoria. Com efeito, depois de mencionar os estudos de Anchieta no Colégio das Artes, em Coimbra, onde deve ter chegado em 1548 (1), e o seu posterior ingresso na Companhia de Jesus, em 1 de Maio de 1551, o distinto jesuíta brasileiro escreve: «Como noviço, prosseguiu no Colégio das Artes seus estudos, já então de Filosofia.» (*Ibidem*, p. 29).

Outra confusão refere-se ao latim. Na verdade, se tivesse havido antes de 1555 algum curso de latim no Colégio dos Jesuítas, ele teria sido dado segundo os mais recentes progressos filológicos da época. Nem outra coisa seria de esperar da Companhia de Jesus, no século XVI.

Também não sei o que o Prof. Azevedo Filho entende, exactamente, pela vaga menção dos «metros clássicos», mas posso esclarecer — por ter estudado o assunto — que os hexâmetros e pentâmetros dactílicos de Anchieta não têm nada de medieval.

(1) Hélio Viotti, *op. cit.*, p. 28, n. 8. Por uma via diferente, e não conhecendo ainda o livro do P.^e Viotti, cheguei ao mesmo ano de 1548. Cf. as minhas «Nota de Investigação: XI — Anchieta em Coimbra», *Humanitas XXIX-XXX, Coimbra, 1977-78, p. 226-229*, e comunicação «Coimbra no tempo de Anchieta (1548-1551)», 8.º Congresso Brasileiro de Língua e Literatura, Rio de Janeiro, Edições Gernasa, 1977, p. 49-69.

Num trabalho que intitulei de «O Inferno no *De Gestis Mendi de Saa* de Anchieta» (2), escrevi sobre esta obra latina do missionário: «Deus Trino e Uno é nele a força que preside aos destinos do homem. Todavia, como em qualquer outro poema do Renascimento, as manifestações do poder divino são expressas no vocabulário pagão da poesia latina: Virgílio sobretudo, depois dele, Ovídio, Lucano, Horácio, por ali andam em ecos e reminiscências. E também o vocabulário dos poetas novilatinos portugueses dos meados do século XVI.

A palavra *Lysiades*, por exemplo, que André de Resende cunhara em 1531, ocorre cinco vezes: versos 205, 343, 812, 2277 e 2583. Não aparece mais frequentemente, porque o poeta emprega também *Lusitanus* e, com um colorido mais religioso, *Christicola* e *Christiades*.»

Dos poetas latinos acima citados, Horácio é favorito no Renascimento e quase ignorado na Idade Média. Revelei a sua presença no *De Gestis* em «Um passo de Anchieta», *Humanitas* XXXIII-XXXIV, Coimbra, 1981-82, p. 229-231.

Naturalmente, os versos em português, de certo modo ligados à catequese, e muitas vezes destinados a serem cantados com melodias populares ao tempo, continuaram a antiga tradição métrica peninsular e reflectem a linguagem falada daqueles a quem se dirigiam.

Apesar disso, num manuscrito da Biblioteca da Universidade de Coimbra, apareceu um soneto (3) em quatro línguas, atribuído a Anchieta, que, segundo o historiador Hélio Viotti (4), corresponde a um episódio conhecido, da vida de Anchieta no Brasil.

Este soneto foi omitido pelo Prof. Leodegário, talvez com receio de que ele pusesse em questão o medievalismo de Anchieta.

O Autor na sua «Introdução» repete à saciedade o «slogan», hoje desactualizado, do contraste entre a «Idade Média teocêntrica» e o «Renascimento antropocêntrico», como se o homem renascentista não pudesse ser temente a Deus e religioso. A verdade é que os casos de ateísmo são relativamente raros e que o paganismo das fórmulas literárias poucas vezes afecta o cerne das convicções cristãs. E os costumes do Renascimento, de um modo geral, não foram mais dissolutos que os da Idade Média. Houve de tudo, como em todas as épocas.

Da ignorância do espírito do Renascimento, em geral, e também do Renascimento em Portugal, resultaram arriscadas cabriolas mentais, como as seguintes, ao finalizar a Introdução: «A estética maneirista, como produto da desintegração do mundo renascentista, nasceu da dúvida de ser o homem o centro do poder. Mas

(2) Publicado em *Afecto às Letras. Homenagem da Literatura Portuguesa Contemporânea a Jacinto do Prado Coelho*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, 49-57. Um descuido da tipografia prejudicou em vários pontos a página 52, nas linhas 7-9, que devem ser lidas: «...o cego palácio do cruel Dite... Gemeu esse monstro infeliz, a Besta feroz, chorou Lúcifer...».

(3) Américo da Costa Ramalho, «XVII — Um soneto de Anchieta?», *Humanitas* XXXI-XXXII (1979-80), 244-245. O verso 12 do soneto deve ler-se, conforme o manuscrito, «Sy augeas uinũ opere diuino».

(4) P.º Hélio Abranches Viotti, S.J., «A Itália na vida do Beato Anchieta», *Humanitas* XXXIII-XXXIV (1981-82), 213-217.

tal concepção jamais poderia ser a de Anchieta, que tudo fazia para a maior glória de Deus, por força de seu humanismo teocêntrico de funda raiz medieval. Não posso ver, por isso, qualquer influência marcante de cunho renascentista ou maneirista em sua poesia, toda ela nascendo da estética jesuítica ou da vertente contra-reformista numa espécie de ponte entre a Idade Média e o Barroco.»

O texto e o comentário filológico estão livres das confusões da Introdução. Só duas breves notas, para não alongar a presente recensão:

Na página 57, no poema «Do Santíssimo Sacramento», foi omitido o verso 143: «roubai todo meu sentido».

Veja-se, a este respeito, M. de L. Paula Martins, edição das *Poesias* de Anchieta, São Paulo, 1954, p. 370. Não pude consultar o volume recente da *Lírica Portuguesa*, publicado pelo Rev. P.^e Armando Cardoso, S.J., um dos grandes especialistas de Anchieta, por ainda me não ter chegado às mãos o exemplar que me enviou de São Paulo.

Na página 93, depois de citarem todo o material bibliográfico de que puderam dispor, os Autores confessaram a impossibilidade de explicar o significado de «à ramaça», no verso 21 de «O Pelote Domingueiro». E concluíram: «Continua, pois, a incógnita.»

O trecho em questão é:

Mas furtaram-lhe, à ramaça, 21
ao pobre do moleiro,
o pelote domingueiro.

Creio que a «incógnita» se encontra resolvida, há muito, na *Prosodia* de Bento Pereira, s.v. «Aramaças», onde remete para

«Ay aramaças, ay maochas. Vae illi.»

Trata-se, portanto, de uma forma interjectiva com o significado de «triste dele, pobre dele, má hora para ele.»

Proponho um étimo: *(h)ora má > eramá > aramaça*. A final *-ça(s)* é corrente em Portugal, ainda hoje, em interjeições como as eufemísticas *caras! poça!*

Aramaça é também a lição do manuscrito de Roma, das poesias de Anchieta, de que M. de L. Paula Martins, no livro atrás citado, publicou as fotografias e uma leitura paleográfica. O passo em questão vem na página 300. Infelizmente, a mesma autora substituiu posteriormente, na página 399, *aramaça* por *à ramaça*, também adoptado por todos os editores que consultei.

Proponho que se volte à lição do manuscrito e que o verso fique:

Mas furtaram-lhe, aramaça, 21
ao pobre do moleiro,
o pelote domingueiro.

A *Prosodia*, de que utilizei o meu exemplar pessoal (ed. de Évora, de 1741), também dá mais uma achega para a discussão de *maochas* nas páginas 107-108 do

presente livro. Ainda a propósito dessa nota, convém corrigir o nome do autor da *Eufrosina*, a saber, Jorge *Ferreira* de Vasconcelos (e não Pereira).

Outras questões, nomeadamente exemplos da fala popular, assinalados pelos autores como do uso brasileiro, mas igualmente correntes em Portugal, mereciam um comentário. Fiquemos, entretanto, por aqui.

AMÉRICO DA COSTA RAMALHO

PHILIP J. FORD, George Buchanan, Prince of Poets. With an Edition (Text, Translation & Commentary) of the Miscellaneorum Liber by Philip J. Ford and W. S. Watt. Aberdeen University Press, 1982, 214 pp.

Em 1982, foi celebrado o quarto centenário (1) da morte de George Buchanan (1506-1582) que em Coimbra ensinou no Colégio das Artes, desde a inauguração em 21 de Fevereiro de 1548 desta escola, fundada por D. João III, até ser preso pela Inquisição em 10 de Agosto de 1550.

Este livro, que foi antes uma tese de doutoramento em Cambridge, surgiu em 1982 para comemorar o referido centenário.

O processo de Buchanan na Inquisição mostra que o terrível tribunal o tratou com benevolência. E o autor do presente livro acha que, graças à Inquisição Portuguesa, se conhecem pormenores da existência de Buchanan para os meados da sua vida, que se ignoram a respeito de outras épocas.

A permanência em Portugal também lhe não foi inútil, como reconhece Philip J. Ford, na p. 7: «Os anos em Portugal foram férteis para Buchanan, no que concerne à poesia. É principalmente a esse período que devemos as paráfrases dos Salmos e, num contraste nítido, os cerca de vinte poemas eróticos compostos acerca de Leonora e sua mãe Peiris. Muitos deste segundo grupo de composições foram escritos em metro iâmbico que também serviu para um certo número de sátiras insultuosas contra Beliago, um colega de Buchanan em Coimbra.»

Além deste material satírico que o Dr. Ford menciona, Portugal proporcionou a Buchanan outras oportunidades de cultivar a sua veia maledicente, desde a colonização do Brasil, e a qualidade da gente que para lá era mandada, até os próprios títulos do rei D. João III. Refiro-me ao poema «In Polyonymum», em hendecassílabos falécios, incluído no *Miscellaneorum Liber*, que é devidamente impresso com

(1) Em Portugal, passou despercebido, a não ser por um artigo que publiquei em «Das Artes * Das Letras», página cultural de *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 29.ix.1982, com o título de «Buchanan e Portugal». Voltei a referir-me ao centenário em *Humanitas* XXXIII-XXXIV (1981-82), p. 272.